

Esquecidos do passado

04 SET 1999

Josaphat Marinho

Há dias, coincidindo com a Marcha dos 100 mil, ilustres representantes do PTB relembraram, na televisão, a era Vargas, em forma de situação política exemplar. Tratando-se de um morto, que foi homem pessoalmente honrado, tem direito ao respeito geral, quaisquer que tenham sido as divergências por ele provocadas. Seria exagero, mesmo, negar-lhe virtudes na administração, até pelo espaço de tempo que governou: quase vinte anos. Desse período, porém, dirigiu o país por quinze anos em regime ditatorial: de 1930 a 1934 e de fins de 1937 a 1945.

A Constituição democrática de 16 de julho de 1934 somente vigorou até 9 de novembro de 1937. No dia 10 desse mês o presidente a supriu por um golpe de Estado e impôs, por ato seu, nova Carta Política ao país. Voltou assim a governar discricionariamente. O Congresso Nacional e os partidos políticos foram fechados. Suspensas as liberdades democráticas. Continuou

funcionando o Tribunal de Segurança Nacional, que resultara de emenda à Constituição de 1934, e desse modo expostos os cidadãos a julgamento de livre convicção, por juízes de livre nomeação e demissão do presidente da República. Brasileiros de vários partidos foram exilados, como Otávio Mangabeira, e outros permaneceram presos, a exemplo de Luís Carlos Prestes.

A Carta outorgada em 1937 considerava a greve, bem assim a paralisação de atividades por empresários, recursos anti-sociais. Não havia, pois, direito de reivindicar vantagens por operários, nem por patrões. Se Getúlio Vargas, logo após a Revolução de 1930 e sob a inspiração de Lindolfo Collor e outros, expediu várias leis trabalhistas, com a Carta de 37 estrangulou os sindicatos. Demais é preciso recordar que o Brasil só entrou na guerra, ao lado dos aliados da democracia, pela pressão das forças políticas ilegais, e depois que os

alemães torpedearam navios mercantes brasileiros. A história mostra que, por largo tempo, o governo brasileiro se inclinou para o eixo nazi-fascista. É também inquestionável que a redemocratização, a partir de 1945, só se processou graças à volta das tropas expedicionárias da guerra e às repetidas manifestações populares.

Nessas condições históricas, não cabe invocar a era autoritária como exemplo para os dias presentes. Se o PTB nasceu sob a influência de Vargas, tornou-se legenda independente, e durante certa fase de forte apelo popular, não devendo valer-se hoje do passado ditatorial para justificar seu futuro. Tendo como sobreviver na democracia, é para o povo que elege que deve dirigir suas esperanças. Em face das transformações ocorridas no mundo, sobretudo após 1945, os partidos precisam de idéias e programas para fortalecer-se, e não da mística ou do culto de personalidades. Essa

mudança, por sinal, é que está exigindo reforma profunda do quadro partidário brasileiro, no momento bastante enfraquecido na opinião coletiva.

Além disso, é imperioso não perturbar ou confundir a educação política das novas gerações com impressão inexata das fases históricas. Os moços, que estão afastados, em grande parcela, das lutas políticas e dos partidos, hão de ser estimulados com o retrato da verdade histórica, e não com a deformação dela. A informação autêntica é tanto mais indispensável diante da desconfiança existente na palavra do político. Corre muito a dúvida de que o político não exprime realmente seu pensamento e seu sentir. Urge modificar esse estado de espírito, para que haja maior solidariedade do povo aos políticos e aos partidos. Esse processo de integração prestigiará a vida pública.

■ Josaphat Marinho, ex-senador, é professor emérito da UnB e da Universidade Federal da Bahia